COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 323, DE 2011

Susta a aplicação da Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - Contran.

Autor: Deputado Giacobbo

Relator: Deputado Fabio Schiochet

I - RELATÓRIO

O projeto de decreto legislativo em epígrafe pretende sustar a aplicação da Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN – que “Estabelece critérios para a regularização da numeração de motores dos veículos registrados ou a serem registrados no País”.

A proposição, aprovada pela Comissão de Viação e Transportes, com emenda, está sujeita à apreciação do Plenário e tramita em regime ordinário.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 32, inciso IV, alíneas *a* e *d* do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do projeto de decreto legislativo em comento e da emenda da Comissão de Viação e Transportes.

No que toca à constitucionalidade, é da competência do Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem de seu poder regulamentar, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal. Cumpre então determinar se a resolução objeto do presente projeto de decreto legislativo constitui ato normativo e, em caso afirmativo, se excede os limites estabelecidos em lei.

A resolução em análise foi publicada em 26 de julho de 2008 com o propósito de regulamentar a Lei nº 9.503, de 1997, dispondo sobre critérios para a regularização da numeração de motores dos veículos registrados ou a serem registrados no País. Sem sombra de dúvida é um ato normativo que possui a abstração e a generalidade próprias dos mesmos.

Resta-nos discutir se a resolução em exame excede os limites estabelecidos em lei, mais especificamente no que concerne à permissão para que empresas credenciadas pelo Departamento Nacional de Trânsito – Denatran – executem a vistoria de veículos, serviço até então restrito aos Departamentos Estaduais de Trânsito – Detran.

Em nosso entender, perfeito o parecer exarado pelo relator da Comissão de Viação e Transportes cujos argumentos são aqui retomados.

A Lei nº 9.503/97, que institui o Código Nacional de Trânsito - CTB, conferiu ao Contran várias atribuições, inclusive a de normatizar os procedimentos sobre registro e licenciamento de veículos, conforme o inciso X do art. 12. Estabeleceu, por outro lado, no art. 22, inúmeras competências aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal,

entre as quais, a de vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar e licenciar veículos, mediante delegação do órgão federal competente.

A atribuição dada aos Detrans para efetuar a vistoria de veículos decorre explicitamente do texto da Lei nº 9.503/97, desde que o órgão federal competente, hoje o Denatran, os delegue essa competência. Ao prever a possibilidade de delegação de competência dessa atividade pelo órgão federal, o legislador assume que cabe ao Denatran desempenhar diretamente a atribuição de órgão vistoriador ou delegá-la, exclusivamente, aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

Da mesma forma que a lei atribui explicitamente aos Detrans a possibilidade de realizar a atividade de vistoria, faz-se necessária previsão legal para que a iniciativa privada possa realizá-la. Não se vê, entretanto, qualquer referência, no texto do CTB, à participação de empresas privadas na atividade de vistoria de veículos.

Somente cabe o credenciamento de entidade privada para a realização de tarefas específicas quando determinadas pelo texto do Código de Trânsito, a exemplo do art. 148, onde fica estabelecido que “os exames de habilitação, exceto os de direção veicular, poderão ser aplicados por entidades públicas ou privadas credenciadas pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN”.

Assim, entendemos que realizar a atividade de vistoria só pode ser efetuada pelo Denatran ou pelos Detrans, no caso de delegação de competência, sendo incabível o credenciamento de órgãos ou entidades para esse fim seja por parte do Denatran ou dos Detrans, cuja competência descrita no art. 22, inciso X, do CTB, limita-se às atividades para as quais a lei previu a possibilidade de serem desempenhadas por empresas credenciadas, conforme mencionamos.

Enfim, parece-nos claro que houve, no caso em debate, nítida extrapolação do poder regulamentar do Conselho Nacional de Trânsito.

Concordamos com a Comissão de Viação e Transportes que propôs sustar apenas o art. 1º da resolução que incorre em vício.

Não há reparos a fazer quanto à técnica legislativa.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação nos termos da emenda apresentada pela Comissão de Viação e Transportes que susta apenas o art. 1º da Resolução nº 282/08, preservando-se seus demais dispositivos.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado Fabio Schiochet
Relator